Ed. nº 19 - Ano 7 Abril 2023

INFORMAEA

Informativo da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Ribeira

PALESTRA INSTITUCIONAL CREA-SP: POLO REGISTRO

Leia Pág. 03

NR 17 – ERGONOMIA ..... Leia Pág. 04

FORMEI! E AGORA? Pág. 05

DESCONTOS NA ANUIDADE ..... Leia Pág. 06

GESTÃO DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO ..... Leia Pág. 07

IMPACTO DAS UNIDADES SANITÁRIAS INDIVIDUAL NO MEIO AMBIENTE ..... Leia Pág. 09

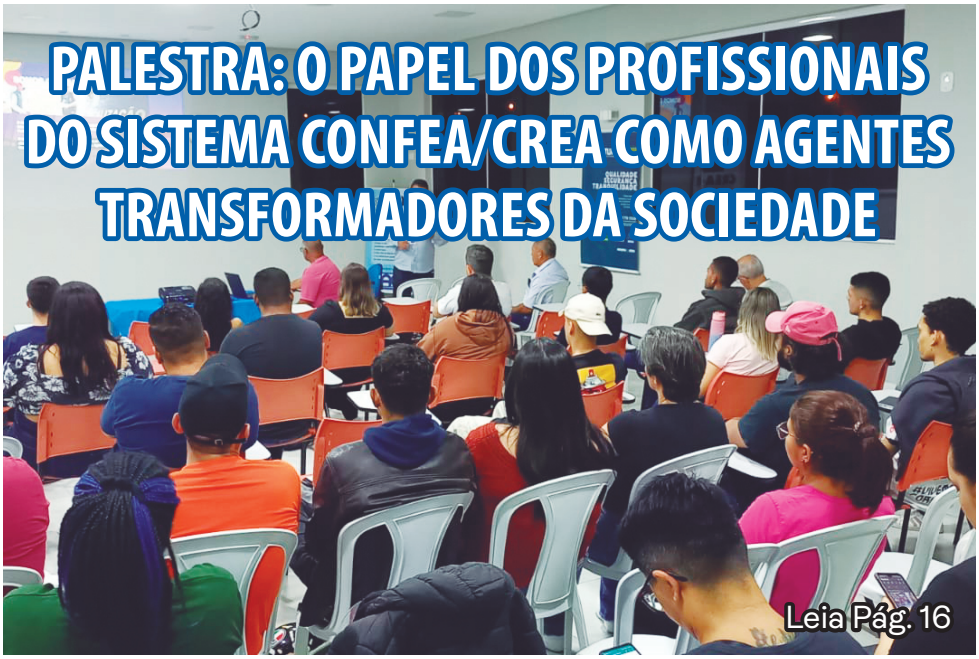
A AGRICULTURA E A ANÁLISE DE SOLOS ..... Leia Pág. 10

Saiba tudo na Pág. 12

O POTENCIAL DE PRODUÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS EM PARIQUERA-AÇU

Leia Págs. 08 e 09

PALESTRA: O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA/CREA COMO AGENTES TRANSFORMADORES DA SOCIEDADE



Leia Pág. 16

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO VALE DO RIBEIRA E FEHIDRO-SP

Leia Págs. 11 e 12

PASSO A PASSO PARA AGENDAMENTO ATENDIMENTO NO CREA-SP

Leia Pág. 13

PALAVRA DO PRESIDENTE

Caros profissionais da área tecnológica, engenheiros (as), arquitetos (as), tecnólogos (as), técnicos (as) e estudantes das respectivas áreas, saudações a todos vocês.

Estamos vivenciando tempos de mudanças em nosso país bem como no mundo. Como somos atuantes da área tecnológica, sabemos que isso é uma constante em nossa área de atuação.

Os motivos das mudanças podem ser vários. Podemos citar como exemplo a tecnologia dos materiais que avança para o emprego de maneira mais eficiente de algum novo componente para a construção civil.

Outro exemplo seria a tecnologia dos sistemas de eletroeletrônica que avança, onde já vivenciamos a nanotecnologia em nossos dispositivos móveis.

O mesmo avanço da nanotecnologia é aplicado na área da agropecuária, para otimização de sistemas de plantio, como mais um exemplo.

Em todas essas circunstâncias isso é proporcionado pela ciência, cujos cientistas são os precursores dessa tecnologia.

Por outro lado, nós somos os profissionais que iremos utilizar essas tecnologias para proporcionar algo melhor para a sociedade, através da aplicação desses novos recursos em nossos trabalhos profissionais.

Assim funciona a interação da ciência com a engenharia.

Da maneira análoga funcionam as mudanças em nossa sociedade, uma área interagindo com a outra para proporcionar a melhoria para todo o conjunto.

Um forte abraço a todos.
Atenciosamente,

Cleber de Paula Pires
Engenheiro Eletricista
Especialista em Automação Industrial
Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Ribeira
2021 a 2024

PARCERIAS AEAVR

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO VALE DO RIBEIRA

(13) 3821-2126 aeavaledoribeira01@gmail.com

Rua Teiti Koki, nº 55 - Vila Flórida - Registro - SP

Descontos Especiais para Associados da EAVR

EMPRESAS PARCEIRAS

- KNN Idiomas
  Inglês, Espanhol, Alemão e Francês.
  Unidades de Cajati, Registro e Pariquera-Açu
- Wizard by Pearson
  Inglês, adulto e infantil
- Pousada Iguape
- Estampadora de Placa Visual
- Centro Universitário do Vale do Ribeira UNIVR
- UNISA- universidade Santo Amaro
  Pólo Registro
- Clínica Multiprofissional ÓR Mindness
- Colégio IESEP - Instituto Educacional de Serviço, Ensino e Pesquisa.

PALESTRA INSTITUCIONAL CREA-SP NA UNIVERSIDADE SANTO AMARO POLO REGISTRO

A Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Ribeira em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Esta do de São Paulo –CREASP e com a instituição de ensino Universidade Santo Amaro – UNISA Campus Registro promoveu no último dia 05 de dezembro de 2022 a palestra Institucional CREA-SP, ministrada pelo chefe da UGI Registro Engenheiro Civil e Segurança do Trabalho Roberto Costa Cunha. A palestra foi gratuita e na sede da universidade Santo Amaro pólo Registro aberta a todos os estudantes das diversas áreas da engenharia, foi abordado sobre o que é o Conselho Regional de Engenharia, a importância de se realizar o registro profissional e o passo a passo para solicitar o registro, ainda sobre as explicações foram explanadas sobre a importância da ART, anuidade do conselho de engenharia, legislação e da importância de um profissional devidamente registrado atuando no mercado de trabalho, a segurança do profissional e da sociedade.

A palestra teve duração de duas horas e trinta minutos, foi uma noite de grande valia aos estudantes pois puderam esclarecer suas dúvidas e que sentiram-se acolhidos pelo chefe da UGI Registro Engenheiro Civil e Segurança do Trabalho Roberto Costa Cunha que deixou as portas abertas para eventuais dúvidas e esclarecimentos referente ao CREA-SP.

O Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Ribeira Engenheiro Eletricista Cleber de Paula Pires, agradece ao Chefe da UGI- Registro Engenheiro Civil e Seg. do Trabalho Roberto Costa Cunha, e aproveita o ensejo para agradecer a instituição de ensino Unisa – Pólo Registro e os alunos que participaram, tal como deixa as portas da entidade abertas.

AGREGANDO VALOR Á SUA MARCA

Após alguns anos cumprindo o acordo setorial da SMA Nº 8676/2011 e CETESB Nº 51/2014/310/V junto à cadeia de distribuição de embalagens de óleos lubrificantes e ajudando a desenvolver a LOGÍSTICA REVERSA em nossa região, migramos para a LR dos produtos que chegam à mesa do consumidor final, tais como vidros de palmitos pupunha e plásticos de doces de bananas e papelão de panetones, etc.

Em Cidades Invisíveis, Ítalo Calvino, fala de uma cidade, Leônia; que durante a noite tinha que sumir com os resíduos produzidos durante o dia para abrir espaço para os do outro dia; conseguem imaginar o stress?

Pra não passarmos por essa situação de Leônia temos alguns instrumentos legais que nos promovem ou nos punem conforme nossa resposta a eles. A Política Nacional de Resíduos Sólidos balizada pela Lei 12.305/2010 dá as diretrizes relativas à gestão e ao gerenciamento de resíduos sólidos incluindo também os perigosos e contaminantes.

Já no Estado de São Paulo temos a Lei 12.300/2006, anterior à da nacional, mas não menos eficaz, chamada de Política ESTADUAL de Resíduos Sólidos que confere o mesmo status da nacional e trás dentro de si a Resolução da SMA 45/2010 que define diretrizes para a implantação e operacionalização da Responsabilidade pós-consumo ou Logística Reversa (L.A).

O percentual de reciclagem de 22% do ano de 2022 passará em 2023 a 22,5% e assim vamos mitigando o mínimo necessário o impacto desses resíduos domésticos para em hipótese alguma nos tornarmos uma Leônia. Evidentemente que um bom marqueteiro poderá alavancar o seu negócio aumento esse percentual e colocando um belo selo de EU RECICLO, despertando assim o Eros do consumidor pra esse lado sustentavél.

O Vale do Ribeira tem cumprido o seu papel dentro da L.A, pois só no ano de 2021 foram reciclados em torno 20.000 toneladas desses resíduos (fonte CETESB 2022).

Tecnólogo Mecânico
especialista em
Meio Ambiente
Antônio de Lima Filho

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO VALE DO RIBEIRA

NR 17 – ERGONOMIA

No dia 13/12/2022 a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Ribeira promoveu por meio da parceria institucional do Conselho de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP a palestra on-line NR 17 Ergonomia, ministrada pelo Engenheiro de Produção, Mecânico, Segurança de Trabalho e eletricista professor Eduardo Lioi. A palestra teve duração de uma hora e trinta minutos, e foi ministrada pelo Zoo Meetings e a palestra está disponível para visualização no canal do youtube-da AEAVR, durante a palestra foi esclarecido algumas dúvidas e foi uma noite de grande aprendizagem.

Para acessar o certificado os participes que acompanharam a palestrana integra pode acessar o link https://eventos.localsig.com.br/certificados/listaPublica.

O presidente da AEAVR Engenheiro Eletricista Cleber de Paula Pires, agradece a participação de todos e salienta que o Engenheiro de Produção, Eng.º Mecânico, Eng.º de Segurança de Trabalho e Eng.º eletricista professor Eduardo Lioi, explica:

O que é ergonomia?

Definida como a ciência de adequar um local de trabalho às necessidades do usuário, a ergonomia visa aumentar a eficiência e a produtividade e reduzir o desconforto.

A ergonomia é dividida em 3 especializações:

Física: referente às respostas do corpo humano, físico e psicológico, incluindo: postura, movimentos repetitivos, lesões musculares, demandas de trabalho, segurança e saúde.

Cognitiva: determina a relação dos processos mentais - memória, raciocínio, percepção, atenção, controle motor - e como esses aspectos humanos interagem com elementos de um sistema. O que engloba a compreensão da carga mental de trabalho e interação homem-computador.

Organizacional: é a otimização da estrutura organizacional, das políticas e processos. Diz respeito à comunicação; trabalho em turnos, em equipe ou à distância; motivação, supervisão; e gestão de qualidade e ética.

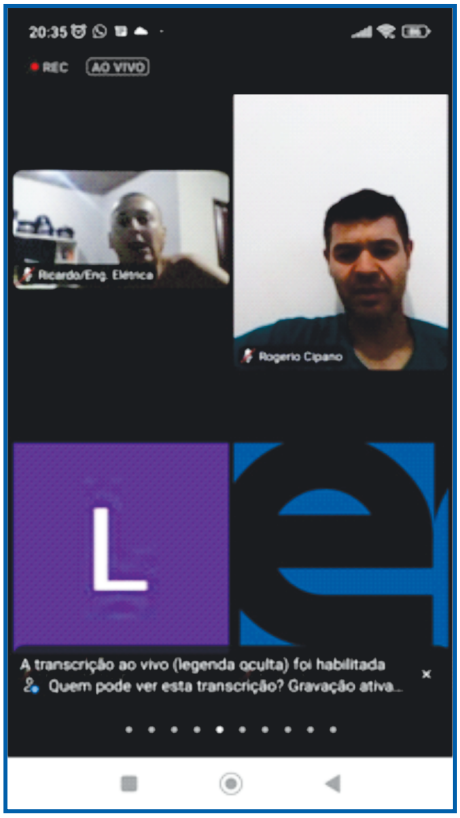
Principais tópicos da Norma Regulamentadora 17

A Norma Regulamentadora 17 visa a prevenção de possíveis problemas de saúde, seguindo prescrições de ergonomia estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Mais precisamente, ela está estruturada nos seguintes aspectos do ambiente de trabalho: Levantamento, transporte e descarga individual de materiais;

Mobiliário;

Equipamentos;

Condições ambientais de trabalho; Cultura e organização.



Engenheiro de Produção, Eng.º Mecânico, Eng.º de Segurança de Trabalho e Eng.º Eletricista e professor **Eduardo Lioi**

NOVA NR 18

Palestra - Nova NR 18 – Saúde e Segurança do Trabalho na Construção Civil do Vale do Ribeira

No dia 22/03/2023 a AEA VR com apoio institucional do CREA-SP Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo promoveu em forma on-line e de forma gratuita a palestra Gestão de custos e composição de preços de obras e serviços, a palestra foi ministrada pelo engenheiro Marcio Tavares e Junior Gomes.

A NR 18 na Construção Civil é um texto completo que discorre e normatiza todas as etapas da obra. Ela estabelece diretrizes que devem ser implementadas pelos empregadores desde a preparação do projeto e do canteiro de obras até serviços, como carpintaria ou então a utilização e montagem de um andaime tubular.

A Nova NR 18 tem o objetivo de estabelecer diretrizes de ordem administrativa, de PLANEJAMENTO e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

Uma das novidades é que as construtoras e incorporadoras precisam conhecer as exigências específicas em relação às responsabilidades do Profissional Legalmente Habilitado (PLH), inseridas na nova Norma Regulamentadora (NR) 18 – Saúde e Segurança do Trabalho na Construção Civil.

O presidente da entidade Engenheiro Eletricista Cleber de Paula Pires agradece a participação de todos, e que reafirma que as portar da entidade estão sempre abertas aos profissionais e estudantes das áreas abrangidas pela entidade.

FORMEI! E AGORA?

DEPOIS DE FORMADO, O REGISTRO É O PRIMEIRO PASSO PARA EXERCER SUA PROFISSÃO

É recém-formado em Engenharia, Agronomia ou Geociências ou acabou de concluir um curso de tecnólogo? Então chega mais para entender sobre o registro profissional do Crea-SP.

Antes de tudo, você precisa saber que estar registrado no Conselho, além de ser uma obrigação legal para atuar na área tecnológica, te garante uma série de benefícios. Para te ajudar nesta fase inicial da carreira, o Crea-SP oferece 90% de desconto para recém-formados que solicitam o primeiro registro até 180 dias após a data de conclusão do curso. Saiba mais.

Pronto, agora que você já conhece a importância do registro, veja quais são os tipos disponíveis:

Provisório: para recém-formados ainda não diplomados. Isso significa que, enquanto o diploma estiver em fase de processamento, é possível solicitar, a partir do certificado de conclusão de curso, o registro provisório, que tem validade de um ano;

Temporário: para diplomados no exterior com contrato por tempo determinado no Brasil;

Definitivo: para profissionais diplomados.

Ah, importante! Para obter o registro no Crea-SP é necessário que tanto a instituição de ensino quanto o seu curso também sejam cadastrados no Conselho.

Como registrar

Então vamos ao que interessa? O registro é a comprovação de que você se dedicou e investiu na sua formação profissional. Isso garante que pessoas leigas não exerçam as atividades da área tecnológica, limitando os títulos de engenheiro, agrônomo, geocientista e tecnólogo a quem estudou para tal. A efetivação desse registro se dá pela seguinte forma:

1. Digitalize seus documentos (RG, RNE ou CNH – o registro seguirá a validade da CNH; CPF – apenas se apresentado RG que não tenha o número de CPF; diploma – frente e verso; histórico escolar; atestado de conclusão de curso; comprovante de endereço; e comprovante de quitação militar – para profissionais do sexo masculino. Opcionais: PIS e comprovante de tiragem sanguínea);

2. Salve os arquivos em PDF, JPG, PNG ou GIF renomeados com a indicação de qual documento se trata;

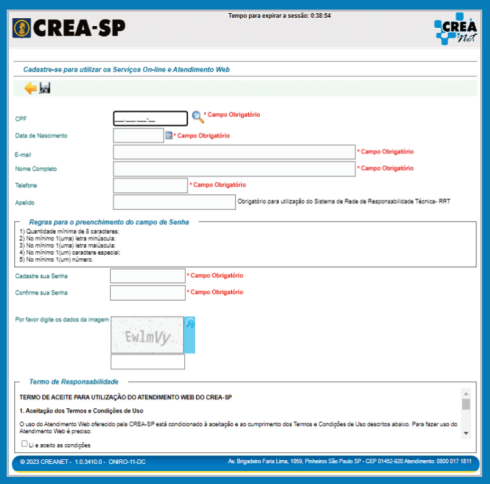
3. Os arquivos não devem exceder o tamanho máximo de 1 MB;

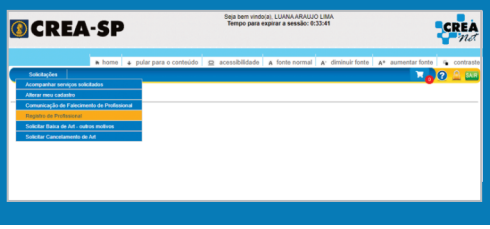
4. Acesse o site creasp.org.br;

5. No menu superior, clique em Profissional, selecione a opção CreaNet;

6. Para fazer o seu cadastro na plataforma, clique em Acesso ou Registro de Profissionais e depois em Cadastrar;

Fonte: CREA- SP: https://www.creasp.org.br/noticias/formei-e-agora/





DESCONTOS NA ANUIDADE

PROFISSIONAIS E EMPRESAS TÊM ATÉ 31 DE MARÇO PARA PAGAMENTO SEM JUROS

O registro regular é parte fundamental do exercício legal das profissões das Engenharias, Agronomia e Geociências. Para apoiar os profissionais e as empresas da área tecnológica neste processo, o Crea-SP disponibiliza uma série de condições no início do ano para a regularização do registro. Confira:

- 10% de desconto na anuidade até 31 de janeiro;
- 5% de desconto até 28 de fevereiro;
- Pagamento sem juros até 31 de março;
- 90% de desconto para recém-formados que solicitarem o primeiro registro até 180 dias após a data da conclusão do curso;
- 90% de desconto para homens a partir de 65 anos de idade ou 35 anos de registro e para mulheres a partir de 60 anos de idade ou 30 anos de registro
- 90% de desconto para pessoas com doenças graves que resultem na incapacitação temporária para trabalho.

Em todos os casos, o pagamento da anuidade pode ser feito em crédito, boleto ou Pix, e em cota única ou até seis parcelas de valores iguais.

Outra facilidade é o encaminhamento do boleto para o e-mail cadastrado. Portanto, atenção à caixa de entrada ou lixo eletrônico, pois os envios estão acontecendo até a sexta-feira (20/1). Desde a segunda semana de janeiro estão sendo enviados também os códigos de barras por SMS e, no dia 21/1, será iniciada uma nova rodada de disparos. Fique de olho em seu celular!

Em caso de não recebimento, é possível acionar o SAC por telefone, no número 0800 017 18 11, ou por e-mail, no endereço faleconosco@creasp.org.br. Para os pagamentos realizados por Pix, lembre-se que é obrigatório utilizar o QR Code do boleto, pois transferências bancárias ou Pix para o CNPJ do Crea-SP não são aceitos.

Os valores recebidos pelo Conselho são revertidos em uma série de ações para os engenheiros, agrônomos, geocientistas e tecnólogos:

Fiscalização do exercício técnico

As atividades do Crea-SP, como as operações fiscalizatórias que afastam leigos das atividades técnicas, são realizadas pelo corpo de colaboradores que atua a serviço da área tecnológica. Essa fiscalização reflete diretamente na defesa de emprego para tais profissões e na segurança da sociedade.

ART e CAT

Ao manter a regularidade do registro, os profissionais podem emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), documento obrigatório para as obras e serviços prestados. As ARTs, por sua vez, compõem a propriedade intelectual do profissional, gerando um acervo dos trabalhos já desenvolvidos. Esse Acervo Técnico, como é chamado, atesta os direitos autorais da área tecnológica, que são comprovados pela Certidão de Acervo Técnico (CAT).

Manutenção do salário-mínimo profissional

O Conselho tem como premissa a valorização profissional, agindo institucionalmente para garantir isso. É o caso da manutenção do piso salarial, por exemplo. Ao identificar situações em que os valores previstos na Lei Federal 4.950-A/1966 não estão sendo respeitados, o Crea-SP busca, pelos meios judiciais, restabelecer o cumprimento da legislação. Recentemente, um concurso público em Franca teve sua interrupção decretada após ação do Conselho na Justiça.

Cursos e outras capacitações

O Crea-SP é parceiro de instituições de ensino renomadas para descontos exclusivos em cursos de curta duração à pós-graduação, workshops, palestras e outras atividades de capacitação e aprimoramento. Acompanhe todas as novidades nas redes sociais do Conselho no Instagram, Facebook, LinkedIn e Twitter.

Planos de saúde, assistência e convênios previdenciários ou dinheiro extra

Esses são alguns dos benefícios da parceria com a Mútua-SP, a Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea, que tem como principal objetivo oferecer aos associados as melhores condições sociais e profissionais para que estejam sempre em crescimento e desenvolvimento.

Convênio Crea-SP e ABNT

Ser registrado no Conselho também proporciona uma melhor qualidade técnica em suas atividades profissionais. Isso porque o Crea-SP é conveniado à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o que garante descontos na aquisição das normas e de cursos.

Produzido pela CDI Comunicação

PALESTRA - GESTÃO DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS

No da 29/03/2023 a AEA VR com apoio institucional do CREA-SP Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo promoveu em forma online e de forma gratuita a palestra Gestão de custos e composição de preços de obras e serviços, a palestra foi ministrada pelo engenheiro Marcio Tavares e Junior Gomes.

A palestra teve como principal objetivo, promover ao público-alvo técnicas de gerenciamento para composição de preços de serviços.

Gestão de custos e formação de preços são aspectos fundamentais para o sucesso de uma empresa. Isso porque eles se referem a um fator-chave para qualquer negócio: a saúde financeira.

Dados de pesquisa mostram que 70% das empresas que investem na gestão de seus dados conseguem uma boa redução de custos.

Isso porque o correto gerenciamento das informações financeiras e um controle efetivo de quanto a empresa realmente gasta para se manter funcionando, dos investimentos que ela faz e dos valores cobrados pelas soluções que ela oferece é determinante para sua sustentabilidade e para seu crescimento.

Para isso, é fundamental ter uma boa gestão ágil e confiável da informação, preferencialmente com o uso de softwares e ferramentas de processos adequadas.

Os custos de uma empresa impactam diretamente no preço que ela cobra por seus produtos ou serviços. Portanto, quando esses custos não são devidamente gerenciados, pode acontecer de a empresa cobrar preços muitos deslocados de sua realidade.

Dessa forma, acaba colocando em risco suas margens de lucro e, consequentemente, a viabilidade do negócio prosperar em longo prazo.

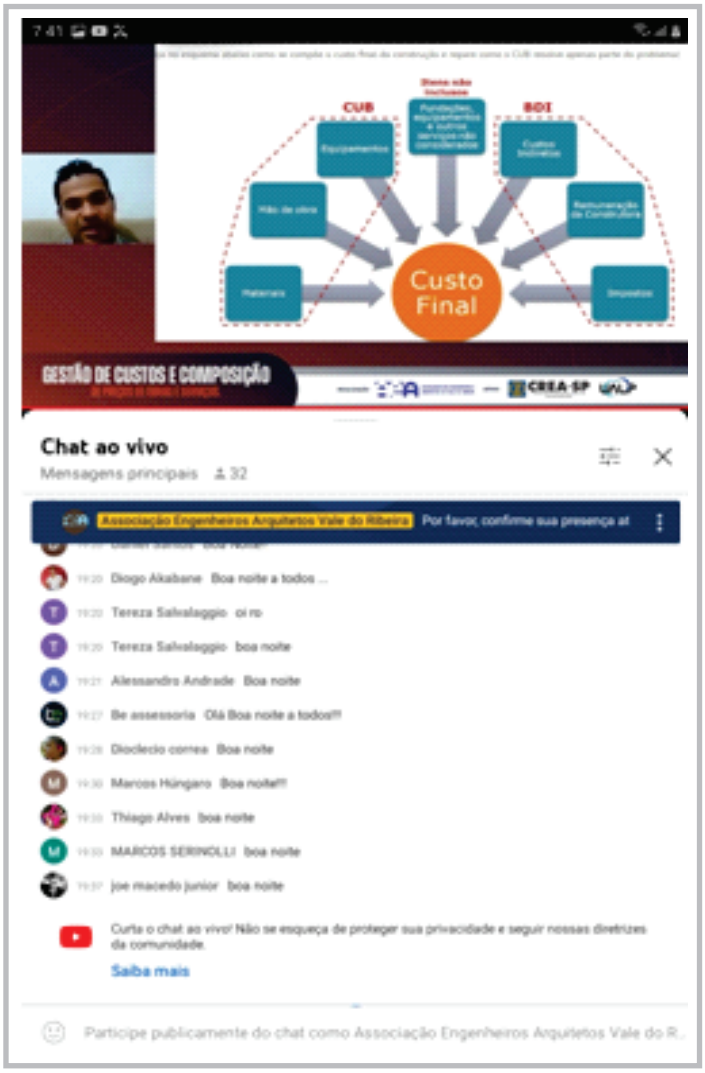
O preço final que a empresa cobra por suas soluções está diretamente relacionado aos custos que ela teve para disponibilizá-las para a venda. Afinal, a empresa precisa ter lucros.

Logo, uma ineficaz gestão de custos pode fazer com que os preços estabelecidos não sejam os mais adequados. Isso gera perda de competitividade no mercado, diminuição do volume e redução da lucratividade.

Desta forma a palestra teve por seu desenvolvimento em técnicas para gerenciamento de custos e precificação de obras e serviços, sendo algumas delas, planejamento Orçamentário, fluxo de caixa, mark-up, margem de contribuição.

A precificação também é impactada de maneira positiva com uma eficiente gestão de custos. Isso porque o preço cobrado é resultado de todos os investimentos que a empresa fez para colocar suas soluções à venda, considerando também o percentual de lucro que ela quer ter.

Todas as empresas que se dedicam a esses aspectos tendem a apresentar resultados mais satisfatórios, além de se manterem competitivas no mercado de atuação. O presidente da entidade Engenheiro Eletricista Cleber de Paula Pires agradece a participação de todos, e que reafirma que as portar da entidade estão sempre aberta aos profissionais e estudantes das áreas abrangidas pela entidade.



O POTENCIAL DE PRODUÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS EM PARIQUERA-AÇU

A cidade de Pariquera-Açu apresenta atualmente um bom momento na cadeia de produção de Plantas Ornamentais, com grande interesse dos produtores rurais do município na implantação desta atividade.

De acordo com o diretor do Departamento de Agricultura e Abastecimento do município, o engenheiro florestal Bruno Rangel Arcari, o mercado encontra-se aquecido com grande potencial de procura por plantas ornamentais. Esclarece ainda que durante a pandemia de COVID-19 as pessoas permaneceram mais tempo em suas casas e assim passaram a ter mais cuidados com os jardins e plantas, o que foi uma grande surpresa ao segmento, e que mesmo após a pandemia a procura se mantém, alinhada também com o retorno das festas e eventos, na área de decorações.

A cidade de Pariquera-Açu, assim como o Vale do Ribeira, possui características que possibilitam o desenvolvimento desta atividade na região, como por exemplo, não necessitando de grandes áreas produtivas, trabalho em talhões recortados ou separados, disponibilidade de mão de obra familiar, baixo investimento inicial e possibilidade de crescimento gradativo em escala de produção e grande oferta de diversidade de espécies ornamentais na região.

Plantas ornamentais destaca-se como uma das principais atividades econômica rural, tendo no segmento de Floricultura de Vasos, conforme os dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o levantamento censitário das Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo - LUPA, como 1° no Ranking. O município de Pariquera-Açu é o maior produtor de Floricultura de vaso ou torrões em plantas ornamentais do Estado de São Paulo, apresentando 184 propriedades, totalizando mais de 550,00 ha de área produtiva. Estes números representam 66,67% do segmento no estado, alavancando geração de emprego e renda pelo agronegócio.

Pariquera-Açu possui um histórico na produção de plantas ornamentais desde a década de 60, quando se iniciaram as pesquisas pelo Instituto Agronômico - IAC e pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA, no Polo Regional de Pariquera-Açu, com o cultivo de antúrio. O município apresentou um grande movimento de aumento na produção na década de 90 e início dos anos 2.000, onde pequenos produtores rurais realizam negócios de compra e venda de plantas, afim de começarem suas produções. Na época, hoje extinta, APOC - Associação de Produtores de Plantas Ornamentais do Bairro Conchal, com produtores de plantas ornamentais dos municípios de Pariquera-Açu e Iguape, através do SEBRAE-SP- Escritório Regional Vale do Ribeira, realizaram através de uma série de ferramentas de tecnologia e gestão para melhorar a qualidade dos produtos e sua comercialização, priorizando o fortalecimento das organizações dos produtores,resultando na produção de um Catálogo de Plantas Ornamentais do Vale do Ribeira, SEBRAE 2007 com registro de 94 cultivares de plantas ornamentais, consolidando o segmento na região.

A pedido do atual Prefeito, Wagner Costa, incentivador do Projeto, “Pariquera-Açu - Capital das Plantas Ornamentais”, afim de conferir título através de um projeto protocolado na Câmara de Deputados Estaduais – ALESP, para difusão deste trabalho, o projeto fomenta a cadeia de produção de Plantas Ornamentais em Pariquera-Açu, contribuindo para o Desenvolvimento Econômico do município, através do Incremento da Produção, Formalização, Capacitação dos Produtores Rurais, Desenvolvimento de Pesquisa e Informações e Escoamento da Produção, pilares deste projeto.

O projeto de Plantas Ornamentais em Pariquera-Açu, conta com diversas parcerias e apoio de instituições públicas e privadas, consistindo nos objetivos principais o incremento da produção através da assistência técnica, auxílio no preparo do solo, formalização dos produtores rurais, orientando e auxiliando na emissão do CNPJ, enquadramento de agricultura familiar e obtenção de crédito rural, na capacitação dos

produtores com a realização de cursos, realização e participação em eventos, reuniões, feiras e campanhas, levantamento de informações e desenvolvimento de tecnologias, melhorias no escoamento da produção através da manutenção e melhoria das estradas rurais, também com a promoção do mercado de plantas ornamentais e geração de negócios através da promoção do projeto "Pariquera-Açu - Capital das Plantas Ornamentais".

O crescimento tecnológico em Pariquera-Açu da Cadeia Produtiva de Ornamentais, desenvolve-se com muito trabalho, pesquisa e tentativas, focadas em novas alternativas de espécies, técnicas de produção, adubações, substratos e valores sociais e familiares, trazendo ao seu povo emprego, renda e amor ao cultivo de Plantas Ornamentais.

Os benefícios desse projeto já são observados pela adesão de novos produtores a este tipo de cultura, o aumento da quantidade de oferta de plantas, também o aumento da diversidade de espécies comercializadas, bem como a qualidade do produto, resultando no aumento da demanda e consolidando o espaço no mercado, desenvolve-se a procura por melhorias e novas técnicas de produção, criação de novas modalidades de comércio como o e-comerce, e diversidade de negócios, incluindo insumos agrícolas, matrizes e partes vegetais para propagação de mudas, essa tendência já é observada nos atendimentos técnicos, reuniões e conversas com produtores. De certa forma, o conhecimento e experiências descritas, já deixa marcado a concepção da produção precursora, e como legado, a Capital de Plantas Ornamentais, a cidade de Pariquera-Açu, n° 1 no Ranking Paulista em plantas ornamentais e naturalmente do País.

Bruno Rangel Arcari
Engenheiro Florestal
CREA-SP 5061471352

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO VALE DO RIBEIRA

IMPACTO DAS UNIDADES SANITÁRIAS INDIVIDUAL NO MEIO AMBIENTE

O conceito de saneamento básico está relacionado com o controle e distribuição dos recursos básicos (abastecimento, tratamento e distribuição de água, esgoto sanitário, coleta e destino adequado do lixo, limpeza pública, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais), tendo em conta o bem-estar físico, mental ou social da população. O Saneamento básico sempre gerou preocupação ao longo da história, o impacto com a propagação e transmissão de doenças, poluição do ar (mau cheiro, odores). Visando isso a humanidade sempre está tentando sanar esse problema, nem sempre com eficácia ou cumprindo as normas impostas. Segundo dados pesquisados, em 2020, 16% da população brasileira não tinha acesso a água tratada, e esse número é ainda mais alarmante quando falamos em tratamento de esgoto. Sendo que 47% dos brasileiros não possuem acesso a rede de esgoto, ou seja, quase metade da população do Brasil continua sem acesso a sistemas de esgotamento sanitário. As medidas alternativas usadas pela população para lidar com os seus dejetos, é lançando seus dejetos em rios, córregos e etc., causando um grande impacto ao meio ambiente, ou então, usam as famosas USI'sUnidades Sanitárias Individuais,que nada mais são que uma alternativa de tratamento, composta por fossa séptica, filtro anaeróbico, sumidouro (mais comum) e vários outros tipos de componentes. Seus componentes para tratamento podem variar, porém devem sempre seguir as Normas Regulamentadoras NBR13969 e NBR7229, que normatizam esse sistema de tratamento de água.

Nos últimos anos o aumento populacional e crescimento desenfreado de moradias em locais com condições precárias e sem infraestrutura, sem saneamento básico, tem causado um aumento de despejo de dejetos nos cursos d'água.

Uma das ações alternativas que tem sido utilizada para combater esse mal é a execução de USI's em locais distantes (como sítios, lugares de difícil acesso) e/ou sem saneamento básico. As USI's são compostas basicamente fossa séptica, filtro e sumidouro; podendo variar seus componentes. O principal objetivo da fossa é receber e armazenar os esgotos por um determinado período de tempo. Assim, os sólidos se sedimentam no fundo da estrutura e a gordura contida no esgoto fica retida.

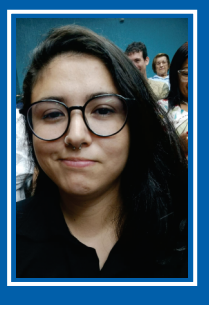
Por este motivo o governo tem feito programas de convênios, como por exemplo o Programa Água é Vida da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, levando saneamento básico para comunidades isoladas.

Porém não sabemos ao longo do tempo, qual será o impacto, dessa medida que podemos tratar como paliativa, ao meio ambiente.

Podemos concluir que as unidades sanitárias individuaisUSI´s, apesar de serem apresentadas como uma (ou única) solução para resolver o problema da falta de saneamento básico, nada mais é do que apenas um paliativo, e como qualquer paliativo apenas estanca problema, e não soluciona definitivamente a adversidade.

E com a falta de mão de obra qualificada, tanto para a execução, quanto para a fiscalização, este paliativo torna o processo ainda mais ineficiente.

Afinal o principal motivo para que indiquemos a implantação de uma USI, é pra evitar impactos ambientais, causados principalmente pelo lançamento dos dejetos (provenientes de esgoto doméstico) "in natura" diretamente ao solo ou em leitos d'água, porém podemos observar que este processo nada mais é do que uma maneira de evitar maiores impactos ambientais, já que a mesma não deixa de contribuir com a degradação do meio ambiente, seja devido ao uso prolongado, falha de execução, mau uso ou até mesmo uma fiscalização errônea por parte do órgão que aprova os projetos de execução e USI.



Viviane de Lara Andrade
Engenheira Civil
CREA/SP 5069624119

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO VALE DO RIBEIRA

A AGRICULTURA E A ANÁLISE DE SOLOS

O Vale do Ribeira possui grade parte de sua economia baseada na agricultura, sendo a maioria composta por pequenos agricultores familiares.

As principais culturas são obviamente a banana e a pupunha para produção de palmito, há cultivos consideráveis de citros (principalmente a mexerica), maracujá entre outros.

Mais recentemente a pitaya tem se adaptado bem a região e é uma cultura que está em expansão. O café também teve destaque graças a um excelente trabalho realizado no município de Barra do Turvo através de um projeto realizado pela prefeitura, encabeçado pelo Engenheiro Mario Cavalari.

Alguns avanços tecnológicos têm sido observados nos últimos anos, um deles é o uso do drone em pulverizações, mas restrito praticamente ao cultivo de bananas.

De uma forma geral a agricultura da região, salvo alguns casos, ainda se caracteriza por uso de pouca tecnologia, quando comparado a outras regiões do estado de São Paulo.

Porém o uso das análises de solo para as culturas, apesar de ser uma ação desenvolvida há muitas décadas atrás, ainda é pouco utilizada pela grande maioria dos produtores rurais do Vale do Ribeira, mesmo apresentando baixo custo e facilidade de ser executada, uma vez que temos um laboratório de analises instalado no campus da UNESP, no município de Registro.

Podemos comparar uma análise de solo, a um exame de sangue solicitado por um médico a fim de diagnosticar algum problema de saúde e indicar o melhor tratamento.

Análise de solo deveria ser a primeira ação, ao se planejarqualquer tipo de cultivo, podendo incluir inclusive, a implantação de pastagens que devem ser tratadas como cultura, pois através dela um engenheiro capacitado, pode-se identificar as deficiências no solo e planejar as devidas correções.

Devido às características climáticas da região, com muita chuva, favorece muito a acidificação dos solos, portanto são muito comuns solos necessitando de correção do PH, que é feito com aplicação de calcário,um dos insumos de menor custo, porém não menos importante, uma vez que a acidez interfere diretamente na absorção dos nutrientes do solo, ou seja, em um solo com acidez elevada, reduz muito a eficiência dos fertilizantes (tabela 01), pois quanto mais ácido menor é o aproveitamento do mesmo, que atualmente representa um alto custo na produção.

O ADUBO CHEGA A RENDER MENOS DE 27% ?

CALAGEM X EFICIÊNCIA DE ADUBOS

ELEMENTOS	pH 4,5	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0
NITROGÊNIO	20	50	75	100	100	100
FÓSFORO	30	32	40	50	100	100
POTÁSSIO	30	35	70	90	100	100
ENXOFRE	40	80	100	100	100	100
CÁLCIO	20	40	50	67	83	100
MAGNÉSIO	20	40	50	70	80	100
MÉDIA	26,7	46,2	64,2	79,5	93,9	100

FONTE: EMBRAPA

A consequência disso é uma menor resposta da planta ao fertilizante, induzindo ao produtor aumentar as doses esperando um melhor resultado, sem sucesso e contribuindo para aumentar a acidificação do solo, pois os fertilizantes químicos também contribuem com aacidificação.

Algumas considerações podem ainda serem feitas, pois ocorre que são muito comuns produtores aplicandocalcário e fertilizante sem análise de solo, podendo implicar inúmeras consequências negativas como uso de corretivos sem necessidade, fertilizantes com nutrientes em quantidades que não suprem as necessidades da planta ou que não são necessários, causando gastos desnecessários e perda de produção causada por desequilíbrio nutricional, pois assim como a falta de determinados nutrientes podem ser prejudiciais, o excesso também, com um agravante pouco observado, já que uma possível falta é facilmente resolvida repondo, mas um excesso, como retirar do solo? Portando qualquer erro em uma recomendação de corretivos ou fertilizantes, melhor que seja para menos, pois é possível fazer as devidas correções gradativamente.

Um exemplo clássico refere-se à correção da acidez com calcário, isso considerando só a questão do PH do solo, que de forma geral deve se manter entre 5,5 e 6,5 como faixa ideal, variando de uma cultura a outra, isso porque da mesma forma que a acidez alta (menor PH), dificulta a absorção de determinados nutrientes, há outros que à medida que se eleva o PH para mais próximo do neutro (PH=7,0) também tem seu aproveitamento reduzido, então é importante que o solo se mantenha dentro da faixa de PH citada acima, concluindo que o excesso de calcário pode trazer complicações.

Há muito a se falar sobre a importância de uma análise de solo e a necessidade de se intensificar seu uso junto aos produtores, pois é um pequeno investimento que pode acarretar em ganhos de produção e redução de custos, sendo que para isso é de grande importância que toda coleta de solo seja feita seguindo as recomendações de um Engenheiro Agrônomo, que através dos resultados, poderá fazer as devidas recomendações de fertilizantes e corretivos.

Eng.º Agrônomo
Fabiano Milton de Sousa
CREA: 0480017732
AEA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO VALE DO RIBEIRA

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO VALE DO RIBEIRA E FEHIDRO-SP

A Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Ribeira – AEA-VR é uma das entidades que tem parceria com o FEHIDRO-SP – Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo.

Junto ao FEHIDRO-SP a AEA-VR, atuando como tomadora, já realizou vários projetos desde o ano de 2016 e até a presente data.

Os recursos do FEHIDRO-SP são distribuídos entre os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) de todo o Estado de São Paulo.

Os comitês em que a AEA-VR mais atua são: CBH-RB (Comitê do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul); CBH-BS (Comitê da Baixada Santista); CBH-PS (Comitê do Rio Paraíba do Sul).

Atualmente a AEA-VR atua nos projetos abaixo relacionados:

1) CBH-RB

1.1) Kit Água – projeto código 2019-RB-355 em fase de finalização

1.2) Plano Municipal de Resíduos Sólidos dos Municípios de Miracatu; Sete Barras; Jacupiranga; Itaóca e Ilha Comprida em fase de finalização.

2) CBH-BS

2.1) Sig Web 2 – projeto código 2019-BS_COB-106 – já encerrado

2.2) Manutenção do Sig Web – projeto código 2019-BS_COB-95 em fase de finalização.

2.3) Implantação da Sala de Situação de Recursos Hídricos da BS – projeto código 2019-BS_COB-121 em andamento.

2.4) Implantação do Sistema de Alerta para Ressacas e Alagamentos na Baixada Santista (IARA) – projeto código 2019-BS_COB-130 em andamento

2.5) Sistema de Alerta para Chuvas Intensas na Baixada Santista (SACI) – projeto código 2019-BS_COB122 em andamento.

2.6) Rede Telemar – projeto código 2021-BS_COB-154 em andamento

2.7) Redução de Riscos – projeto código 2021-BS_COB-155 em andamento.

De todos esses projetos nos quais a AEA-VR é a tomadora houve, no dia 01/12/2022, a inauguração da Implantação da Sala de Situação de Recursos Hídricos da BS conforme notícia a seguir.

O DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), Autarquia vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, anunciou nesta quinta-feira, 1º de dezembro, um pacote de ações para o aprimoramento dos Sistemas de Monitoramento de Chuvas, Vazões, Ressacas e Alertas na Baixada Santista. O detalhamento dos projetos aconteceu durante a 64ª reunião ordinária do CBH-BS (Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista), em Itanhaém-SP. Ao todo, cerca de R$ 8,6 milhões, com recursos do Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), serão investidos em projetos que beneficiem diretamente os nove municípios da região metropolitana da Baixada Santista.

Em destaque, na ocasião foi apresentada a nova Sala de Situação implantada na sede do DAEE, em Itanhaém-SP. A estrutura começou a operar nesta data com sistema autônomo e supervisão técnica do DAEE/CTH (Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos), com objetivo de monitorar o cenário climático da região e, quando necessário, alertar sobre fenômenos naturais críticos como cheias e secas nas principais sub bacias da Baixada Santista; auxiliando a tomada de decisões das Defesas Civis e as autoridades municipais em caso de eventos atípicos.

Inicialmente os relatórios serão gerados a partir de dados captados pelas redes de monitoramento e postos pluviométricos e fluviométricos do CEMADEM (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), da UniSanta (Universidade Santa Cecília, de Santos) e de outros 11 postos do próprio DAEE na região.

Esta unidade recebeu investimentos de R$ 995 mil, com recursos do Fehidro, e é a quinta instalada pelo DAEE, complementando as informações dos sistemas já existentes em São Paulo, Piracicaba, Registro e Taubaté.

Radar Meteorológico da Baixada Santista

Em complemento às novas instalações de monitoramento, nessa reunião Plenária foi anunciada a instalação de um radar meteorológico de alta precisão na Baixada Santista, que contará com a supervisão técnica conjunta do IAG/USP (Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo) e DAEE/CTH (Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos).

O novo equipamento vai operar com sistema autônomo e moderno, com capacidade para captar informações em um raio de cerca de 70km de diâmetro em terra e mar; melhorando em 50% o monitoramento de eventos críticos no Litoral e disponibilizando mapas de chuvas com maior resolução temporal para a nova Sala de Situação.

O projeto foi aprovado em julho/2021 e receberá investimento de R$ 4,4 milhões, com recursos do Fehidro e contrapartida do Tesouro. Atualmente o DAEE e a USP

estudam a melhor localização de instalação e a expectativa é a de que o novo radar seja instalado em 2023.

Sistemas integrados

Outras entidades da sociedade civil, integrantes do CBH/BS também apresentaram o atual desenvolvimento de sistemas de monitoramento em parceria técnica com o DAEE, que visam ampliar e aprimorar a rede de informações integrada. Os projetos apresentados tiveram investimento de cerca de R$ 3,3 milhões, liberados com fundos do Fehidro, e envolvem:

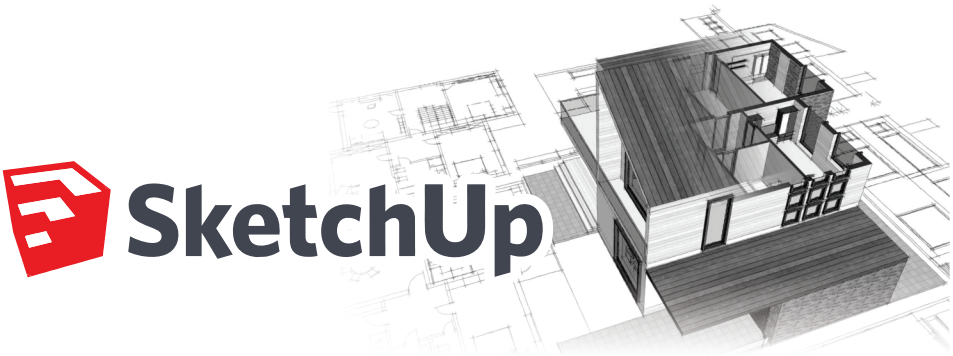
– Desenvolvimento de novo sistema de alerta de chuvas que atende de maneira eficaz as peculiaridades regionais do litoral, prevendo também as chuvas convectivas e influência das marés;

– ampliação da rede de monitoramento com 08 novas estações de monitoramento pluviométricos e fluviométricos em rios de Itanhaém (4), São Vicente (1), Bertioga (1), Cubatão(1) e Santos(1);

– ampliação da rede de monitoramento hidrológico de cursos d´água nas bacias dos Rios Itapanhaú, Mogi e Cubatão, a partir de postos de piezométricos e estações de monitoramento pluviométricos;

– implantação de sensores em cursos d´água sob influência das marés nas regiões sul, central e norte da Baixada, além de monitoramento em nascentes e topo de morros e – implantação de medidores de vazão (volume e velocidade) de água nos rios Aguapeú, Itapanhaú, Perequê e Itapiru, em Cubatão;

A proposta é de que todas as informações captadas e compartilhadas pelo novo radar, rede hidrológica ampliada e monitoramentos da Sala de Situação auxiliem as Defesas Civis Estadual e Municipais de forma mais precisa e eficaz.



O SketchUp é um software de Desenho Auxiliado por Computador (CAD - Computer Aided Design) que possibilita a criação de ambientes e objetos em três dimensões (3D).

No ramo da engenhariae da arquitetura, essa é uma ferramenta muito utilizada para a elaboração de maquetes virtuais.

O SketchUp foi lançado no mercado em 2000 sob domínio da At Last Software. Após 6 anos o software foi adquirido pela Google.

Depois de alguns aprimoramentos e o lançamento de novas versões, o software foi vendido para a Trimble em 2012. Até os dias atuais, a empresa detém os direitos do software.

Ele é uma ferramenta que possibilita ao usuário fazer projetos de ambientes e preenchê-los com objetos em três dimensões, para dar uma ideia de como o ambiente pode ficar na realidade.

Na comparação do software SketchUp com o software AutoCAD, percebe-se que se trata de ferramentas completamente diferentes.

O AutoCAD se concentra em peças de desenho de engenharia (principalmente tecnologia), onde fornece uma variedade de ferramentas para representar itens de engenharia, como tamanho, espessura, tipo de linha, escala, entre outras coisas. Entretanto, esses projetos de engenharia são sempre planos e adequados apenas para profissionais da área tecnológica, porque são muito complexos e contêm muitas informações.

Por outro lado, o SketchUp é uma ferramenta de modelagem em 3D, ele atende às necessidades ambientais por meio de ferramentas poderosas, com possibilidade de inserir profundidade, altura e, principalmente, móveis e decoração, que vão transmitir a sensação de realidade ao projeto. O software também permite a execução de renderizações, adicionando luzes, sombras e texturas, para que os envolvidos possam obter uma compreensão abrangente do ambiente ou da construção a ser realizada.

No curso ministrado pela Engenheira Civil Ivania Cecília dos Santos, foram lecionadas as principais ferramentas do software SketchUp, para possibilitar aos participantes a execução de um projeto básico.

Atualmente o SketchUp é comercializado de duas formas: o SketchUp Make, que é a versão gratuita, e o SketchUp Pro, que é a versão paga.

A principal diferença entre essas duas versões é que a versão paga possibilita a criação de folhas de projeto completas, com detalhamento em 2D, além de permitir a troca de arquivos com outros programas, como AutoCAD (da AUTODESK) e Adobe Illustrator (da ADOBE).

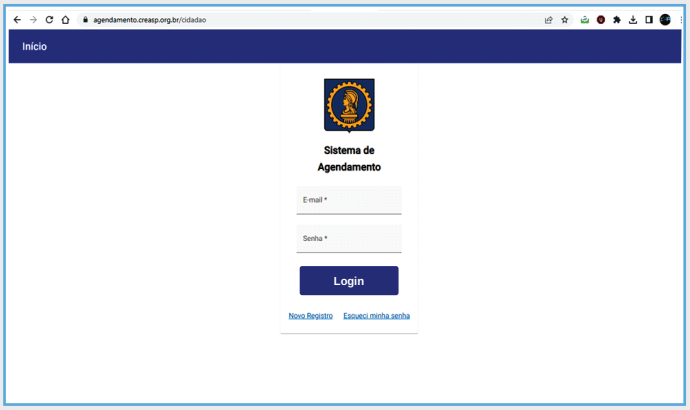
Uma grande vantagem do SketchUp, é que ele pode ter o apoio de softwares que entregam soluções complementares, como, por exemplo, o Vray, o Artlantis e o Lumion, que agregam simulação visual como fotos aos projetos, entretanto, é necessário utilizar computadores que suportam renderizadores de última geração.

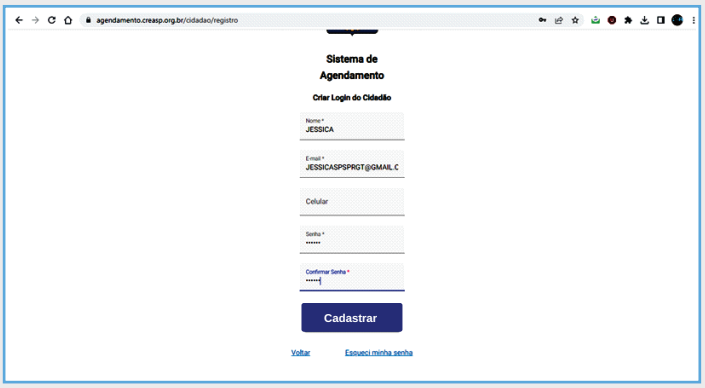
Cleber de Paula Pires
Engenheiro Eletricista
Especialista em Automação Industrial
Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Ribeira
2021 a 2024

PASSO A PASSO PARA AGENDAMENTO ATENDIMENTO NO CREA-SP

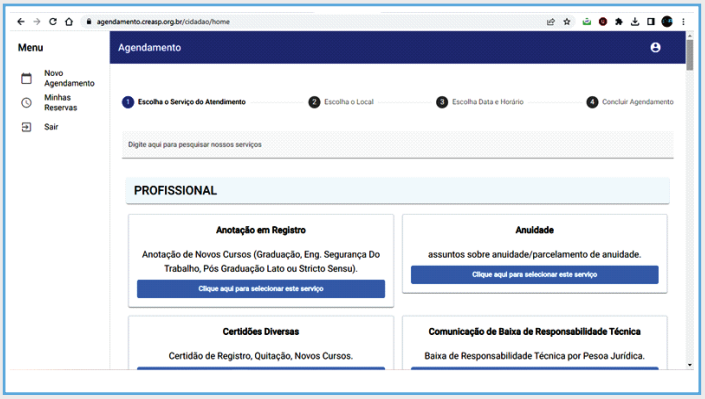
Acesse o site do CREA: https://www.creasp.org.br/

Clique na opção: Agendamento/Atendimento

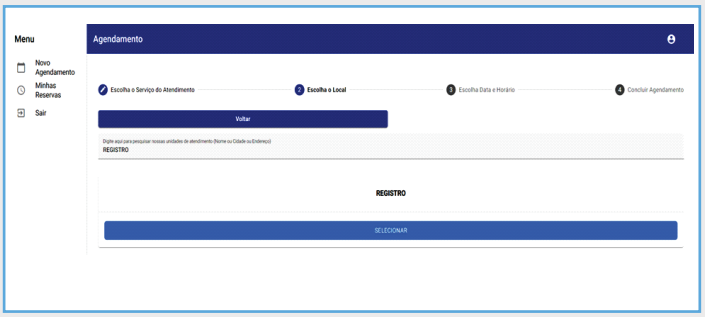




Caso não seja profissional faça seu cadastro com nome, email, telefone celular e senha.



Escolha o serviço do atendimento



Os próximos passos é a escolha de uma unidade de atendimento, escolher data e horário, concluir agendamento.

Por fim aparecer na hora e data agendado na unidade de sua escolha.

RESOLUÇÃO Nº 1.090, DE 3 DE MAIO DE 2017.

RESOLUÇÃO Nº 1.090, DE 3 DE MAIO DE 2017. Dispõe sobre o cancelamento de registro profissional por má conduta pública, escândalo ou crime infamante. O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e Considerando o art. 71 da Lei nº 5.194, de 1966, que estabelece as penalidades aplicáveis por infração a essa lei; Considerando o art. 75 da Lei nº 5.194, de 1966, que estabelece que o cancelamento do registro será efetuado por má conduta pública e escândalos praticados pelo profissional ou sua condenação definitiva por crime considerado infamante; Considerando o inciso XLVII, alínea "b", do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que estabelece a garantia de que não haverá penas de caráter perpétuo; Considerando o art. 5°, inciso LV, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa dos litigantes; Considerando o Código de Ética Profissional, adotado pela Resolução n° 1.002, de 26 de novembro de 2002; Considerando a resolução específica que aprova o regulamento para condução do processo ético-disciplinar, RESOLVE:

Art. 1º Fixar as definições e os procedimentos necessários à condução do processo de cancelamento do registro profissional pela prática de má conduta pública, escândalos e crimes infamantes, bem como os procedimentos para requerimento de reabilitação do profissional.

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta resolução, considera-se: I - má conduta pública: a atuação incorreta, irregular, que atenta contra as normas legais ou que fere a moral quando do exercício profissional; II - escândalo: aquilo que, quando do exercício profissional, perturba a sensibilidade do homem comum pelo desprezo às convenções ou à moral vigente, ou causa indignação provocada por um mau exemplo, por má conduta pública ou por ação vergonhosa, leviana, indecente, ou constitui acontecimento imoral ou revoltante que abala a opinião pública; III - crime infamante: aquele que acarreta desonra, indignidade e infâmia ao seu autor, ou que repercute negativamente em toda a categoria profissional, atingindo a imagem coletiva dos profissionais do Sistema Confea/Crea; IV - imperícia: a atuação do profissional que se incumbe de atividades para as quais não possua conhecimento técnico suficiente, mesmo tendo legalmente essas atribuições; V - imprudência: a atuação do profissional que, mesmo podendo prever consequências negativas, pratica ato sem considerar o que acredita ser fonte de erro; e VI - negligência: a atuação omissa do profissional ou a falta de observação do seu dever, principalmente aquela relativa à não participação efetiva na autoria do projeto ou na execução do empreendimento.

CAPÍTULO II DO ENQUADRAMENTO

Art. 3º São enquadráveis como má conduta ou escândalos passíveis de cancelamento do registro profissional, entre outros, os seguintes atos e comportamentos: I - incidir em erro técnico grave por negligência, imperícia ou imprudência, causando danos; II - manter no exercício da profissão conduta incompatível com a honra, a dignidade e a boa imagem da profissão; III - fazer falsa prova de qualquer dos requisitos para o registro no Crea; IV - falsificar ou adulterar documento público emitido ou registrado pelo Crea para obter vantagem indevida para si ou para outrem; V - usar das prerrogativas de cargo, emprego ou função pública ou privada para obter vantagens indevidas para si ou para outrem; VI - ter sido condenado por Tribunal de Contas ou pelo Poder Judiciário por prática de ato de improbidade administrativa enquanto no exercício de emprego, cargo ou função pública ou privada, caso concorra para o ilícito praticado por agente público ou, tendo conhecimento de sua origem ilícita, dele se beneficie no exercício de atividades que exijam conhecimentos de engenharia, de agronomia, de geologia, de geografia ou de meteorologia; e VII - ter sido penalizado com duas censuras públicas, em processos transitados em julgado, nos últimos cinco anos.

Art. 4º O enquadramento da infração por crime considerado infamante dependerá da apresentação da decisão criminal transitada em julgado.

CAPÍTULO III DA INSTAURAÇÃO E CONDUÇÃO DO PROCESSO

Art. 5º O processo será instaurado pelo Crea, a partir de denúncia ou por iniciativa própria, e conduzido em caráter prioritário na forma estabelecida pela resolução específica que trata do processo ético-disciplinar. § 1º Caberá à câmara especializada da modalidade do denunciado, no caso de recebimento de denúncia, encaminhar o processo à Comissão de Ética Profissional, com a indicação expressa para que aquela comissão averigue a ocorrência de infração ao art. 75 da Lei n° 5.194, de 1966, ou ao Código Ética Profissional. § 2º O Crea deverá instaurar processo de ofício quando constatados por qualquer meio à sua disposição, inclusive a partir de notícias veiculadas em meios de comunicação idôneos, indícios de má conduta pública, escândalo ou condenação por crime infamante.

CAPITULO IV DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 6º O profissional que tiver o seu registro cancelado por má conduta pública, escândalo ou crime infamante poderá requerer sua reabilitação, mediante novo registro, decorridos no mínimo cinco anos da

data do trânsito em julgado da decisão administrativa que ensejou seu cancelamento. § 1º Além dos documentos estabelecidos pela resolução específica que trata do registro profissional, o requerimento de que trata o caput deverá ser instruído com os seguintes documentos comprobatórios da reabilitação do profissional relativos à infração cometida: I – certidão negativa de processos criminais, expedida pela comarca do seu domicílio, e sentença de reabilitação criminal; e II – três declarações de idoneidade e de boa conduta lavradas por profissionais idôneos e registrados no Crea da jurisdição onde será processado o requerimento, com firma reconhecida em cartório. § 2º O profissional que tiver concedida sua solicitação de reabilitação receberá novo registro, com nova numeração, devendo o acervo técnico constante de seu registro anterior ser transferido para o novo registro.

Art. 7° Apresentado o requerimento de novo registro devidamente instruído, o processo será encaminhado à câmara especializada da modalidade do denunciado para apreciação da documentação comprobatória da reabilitação do profissional. § 1º Recebida a documentação comprobatória da reabilitação do profissional pela câmara especializada, o processo será conduzido na forma da resolução específica que trata do registro profissional. § 2º Rejeitada a documentação comprobatória da reabilitação do profissional pela câmara especializada, o requerimento será arquivado.

Art. 8° Após um ano da data do trânsito em julgado da decisão que indeferiu sua reabilitação profissional, o interessado poderá protocolar novo requerimento para reabilitação na forma do art. 6º desta resolução.

Art. 9º Fica revogada a Decisão Normativa nº 69, de 23 de março de 2001.

Art. 10. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 3 de maio de 2017.

Eng. Civ. José Tadeu da Silva Presidente Publicada no D.O.U, de 5 de maio de 2017 – Seção 1, pág. 209 Retificada no DOU, de 23 de maio de 2017 – Seção 1, pág 175

ESTRUTURA METÁLICA

No passado nossas construções em estruturas metálicas dependiam totalmente da importação de perfis.

Nossos primeiros passos firmes no caminho do desenvolvimento de nossa siderúrgica iniciarem-se em 1934, quando o então Presidente Getúlio Vargas transformou as riquezas de nosso subsolo em patrimônio do Estado. O consumo do aço em perfis em nosso país, sem se classificar entre os primeiros do mundo, chegou a tal ponto que a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), 1971, ciente de sua responsabilidade de único fornecedor da linha de perfis pesados, iniciou a política de importação como complemento da oferta de produção própria.

Julgamos de fundamental importância a efetivação dessas metas, pois já se tornou comum em nosso meio de discussão entre vantagens e desvantagens do emprego da estrutura metálica como material de construção em lugar do concreto armado.

As obras em concreto caracterizam- se pelas dificuldades de modificações e impossibilidade de remanejamento. Nas obras urbanas, os viadutos metálicos são mais vantajosos do que os de concreto independente do seu vão, em virtude da rapidez de montagem, canteiro de obra mínimo e não acarreta grandes prejuízos à circulação de trafego por serem, as estruturas dos viadutos, inteiramente pré-fabricadas.

O tempo de execução de um edifício por exemplo em estrutura metálica representa em torno de 60% de tempo de construção em um prédio em estrutura de concreto e se compararmos a tonelagem total de um edifício em estrutura metálica á tonelagem de um em estrutura de concreto armado, chegamos a fundações mais econômicas.

O setor da indústria é o mais desenvolvido da estrutura metálica e onde é realmente fundamental. Pois o aço é mais resistente, mais adequado ás grandes cargas neste tipo de construção e mais flexível ás modificações de acordo com as novas necessidades. A construção metálica pode ser sem dificuldade desmontada, montada novamente, além de reforçada no próprio local de sua instalação reforçada.

Resumindo, entre as principais vantagens da estrutura metálica podemos citar:

Rapidez de execução, o que resulta menor custo; maiores vãos; possibilidade de revenda; menos peso global, possibilidades de modificações para adição de novas peças ou remoção; economia de madeira, pois dispensa formas e escoramento; em obras urbanas (viadutos), menos congestionamento de trafego e /ou possibilidade de executar a montagem em horários especiais, fundações mais econômicas. Portanto, mesmo que a estrutura metálica seja mais cara que a de concreto, a redução de fatores como: canteiro de obras, prazo de conclusão, menor utilização de formas ganho em área construída, pois dependendo da altura do edifício, mantendo o pé direito, um prédio em estrutura de aço chega a ter um ou mais pavimentos do que um em concreto em virtude da menor altura das vigas.

Eng.º Civil
Vanessa Cabral Santos
Crea: 5070612569

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO VALE DO RIBEIRA

TRANSIÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES PARA CIDADES EXCELENTES

Na qualidade de Inspetor Técnico de Mecânica e Metalurgia na nossa região, protocolei junto à Câmara Municipal de Registro e na ACIAR (Associação dos Comerciantes e Empresários de Registro) um documento exigindo uma posição de responsabilidade e do outro a de educação e treinamento quanto à produção de ruído em nossa cidade pós-pandemia.

Na produção de dados e de informações para o gerenciamento público, hoje um gestor público/privado conta com ferramentas tecnológicas que o permitem agir em tempo real para monitorar e mitigar eventos de toda ordem. Um gestor que faz uso dessas ferramentas e disponibiliza tais dados a população em geral promove dentro da comunidade local o que denomina-se de cidade inteligente. No caso do Vale do Ribeira um grande produtor de dados é o Comitê de Bacias Hidrográficas.

Quando vários atores de políticas públicas aplicam esses dados e as tecnologias atreladas de interesse da comunidade tendemos para uma Cidade Excelente.

Um exemplo de Cidade Excelente é Curitiba (PR), pois com o advento da pandemia do covid-19, a maioria das cidades brasileiras, tantos as grandes como as de pequenos portes tiveram um aumento exacerbado por serviços de entrega chamados de delivery feitos por profissionais chamados de motoboys; que em nenhum momento estiveram preocupados em silenciar suas motos de escapamentos adulterados; gerando assim um dano ambiental, **art. 54 da lei 9605/1998.**

Com o uso de tecnologia a cidade de Curitiba monitora e aplica sansões que balizada pela Norma Brasileira **(NBR) 10.151/2000 da ABNT** que regulamenta que em áreas predominantemente urbana e residencial o ruído não ultrapasse 55 decibéis durante o dia e 50 decibéis durante a noite.

Paralelamente ao aumento dos serviços de delivery constatou-se um aumento nos diagnósticos de TEA (Transtorno do Espectro Autista) entre jovens, crianças e adultos sensíveis a ruídos de baixa vibrações, fazendo mister independentes de política partidária de uma ação rápida pelo ministério público.

O dano ambiental no Brasil tem o caráter tríplice; criminal- civil e reparador e quem tem mais recurso arcará com o valor da multa, no caso de quem contrata tais profissionais.

O **art. 1.277 do código civil** assegura que todo proprietário veicular respeite o direito de sossego de seus concidadãos em áreas contíguas de uso comum.

Para finalizar, o uso dos smartphones e equipamentos de telemetria pela cidade de Curitiba permite a agilidade necessária para identificar o agente poluidor e também multá-lo e reparar o dano; e reverter a situação ao longo do tempo numa situação de harmonia e de menos stress local.

Tecnólogo Mecânico
especialista em
Meio Ambiente
Antônio de Lima Filho
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO VALE DO RIBEIRA

PALESTRA O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA/CREA COMO AGENTES TRANSFORMADORES DA SOCIEDADE

A Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Ribeira promoveu no dia 26/04/2023 com o apoio institucional do CREA – SP a palestra O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA/CREA COMO AGENTES TRANSFOR-MADORES DA SOCIEDADE, ministrada pelo Chefe da UGI Itapeva Engenheiro Civil e Seg. do Trabalho Roberto Costa Cunha de forma gratuita e presencial na sede da AEA VR.

A palestra teve o objetivo de explicar a sociedade civil como um todo a importância de contratar um profissional habilitado para atividades afetas da engenharia e das ciências tecnológicas, profissionais estes que devem estar regularizados com o Conselho de Engenharia e Agronomia CREA, da obrigatoriedade da documentação envolvidas nos tramites legais, da visita técnica do profissional, do estudo de caso, entre outras coisas.

A palestra contou com estudantes das instituições Senac Registro, Senai Registro, Unisa - Polo de Registro, engenheiros e membros da sociedade civil, a participação do público foi ativa de modo que o Chefe da UGI Itapeva Eng.º Roberto Costa Cunha esclareceu diversas duvidas e pode desenvolver a palestra de modo gratificante. O presidente da AEA VR agradeceu o Chefe da UGI Itapeva Eng.º Roberto Costa Cunha e todos os presentes, para nós é uma honra tê-los conosco e reafirmo o convite para que todos venham nos próximos eventos.